

## **EDUCAÇÃO PARA LIBERDADE: RESSIGNIFICANDO ESPAÇOS SENTENCIADOS POR MEIO DA EXTENSÃO**

*EDUCATION FOR FREEDOM: RESIGNING SENTENCED SPACES THROUGH EXTENSION*

**Fabírcia Vellasquez<sup>1</sup>, Ana Beatriz da Conceição Rocha<sup>2</sup>**

<sup>1</sup> Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, Brasil.  
<https://orcid.org/0000-0002-2400-6664>  
[fabriavellasquez@ufrj.br](mailto:fabriavellasquez@ufrj.br)

<sup>2</sup> Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, Brasil.  
<https://orcid.org/0009-0004-1456-6512>  
[anar76755@gmail.com](mailto:anar76755@gmail.com)

*Recebido em 03 abr. 2024*

*Aceito em 25 abr. 2024*

**Resumo:** O presente texto, fruto de um trabalho de conclusão de curso em uma universidade pública localizada em um contexto de insistência violência, busca ampliar o entendimento sobre como podemos ressignificar os espaços privados de liberdade, como as prisões, por meio de programas extensionistas que enfatizam a leitura, considerando o potencial transformador da leitura no contexto prisional. Para tanto, buscou problematizar sobre o papel da universidade e o da extensão, como interlocutores de práticas de educação para a liberdade, como sugere o título em uma perspectiva freireana, com vistas a efetivar a saída efetiva e significativa dos egressos do sistema prisional. Além disso, faz uma crítica à extensão como forma de assistencialismo, em que apenas a universidade demanda e dialoga para a sociedade, sem perceber e/ou considerar suas demandas. Com vistas a uma compreensão mais aprofundada dos desafios e das dinâmicas presentes no contexto prisional, a pesquisa, de natureza qualitativa, buscou referenciais bibliográficos e documentais, para o aprofundamento e para a projeção da temática na pauta da educação e da sociedade. Como resultados, o texto pretende se constituir como mais um debate que atualiza e destaca o reconhecimento do potencial da leitura para ressignificação do "mundo prisão" do detento, inclusive nos momentos posteriores ao cumprimento de pena – sendo, portanto, uma demonstração do que se faz possível em situação de efetiva liberdade.

**Palavras-Chave:** Extensão universitária; Privação de liberdade; Remição de pena pela leitura.

**Abstract:** This text, the result of a course completion work at a public university located in a context of insistent violence, seeks to broaden the understanding of how we can give new meaning to spaces deprived of freedom, such as prisons, through extension programs that emphasize the reading, considering the transformative potential of reading in the prison context. To this end, it sought to problematize the role of the university and extension, as interlocutors of education practices for freedom, as suggested by the title from a Freirean perspective, with a view to achieving an effective and significant exit of those released from the prison system. Furthermore, it criticizes extension as a form of assistance, in which only the university demands and dialogues with society, without realizing and/or considering its demands. With a view to a more in-depth understanding of the challenges and dynamics present in the prison context, the research, of a qualitative nature, sought bibliographic and documentary references, to deepen and project the theme onto the agenda of education and society. As a result, the text intends to constitute another debate that updates and highlights the recognition of the potential of reading to re-signify the inmate's "prison world", including in the moments after serving the sentence - being, therefore, a demonstration of what is makes it possible in a situation of effective freedom.

**Keywords:** University extension; Deprivation of liberty; Remission of penalty for reading.

## INTRODUÇÃO

O presente texto dialoga com uma pesquisa monográfica que teve, como objetivo, refletir sobre a possibilidade de implantação de ações extensionistas no contexto prisional, com foco na remição de pena. A inquietação que motivou o problema recai sobre o fato de se compreender que o tema da leitura nas prisões, embora já considerado, permanece enclausurado, em suas potencialidades, entre presos e entre pesquisadores, evidenciando a existência de uma lacuna acadêmica no campo da pesquisa sobre esse assunto específico, sobretudo para além dos espaços em que geralmente se encontra: ora na prisão, ora em nichos universitários. Ademais, o estudo também parte de uma universidade pública situada em um contexto permeado insistentemente por práticas sociais violentas, inclusive do Estado, refletidas nas desigualdades sociais que também encontram gênero, raça, classe previamente determinados.

Essa percepção aponta para a importância de se ampliar a construção do conhecimento acadêmico sobre a remição de pena pela leitura, como forma de se comunicar possibilidades de efetivação das práticas nos sistemas prisionais – demonstrando, queremos defender, um papel social fundamental da universidade com a sociedade geral, e especialmente do entorno. A falta de material e a escassez de estudos sobre a remição pela leitura, por fim, destacam a necessidade de investimentos em pesquisas nessa área que consigam comunicar resultados e propostas para além de um escopo de interesse imediato pela temática.

Dessa forma, por meio de uma pesquisa qualitativa, de cunho documental e bibliográfico, este diálogo textual intenta ampliar o entendimento sobre como os espaços privados de liberdade, como as prisões, podem ser ressignificados por meio de programas extensionistas, com ênfase na leitura. Não obstante, também faz uma crítica à remição de pena excludente, que de certa maneira privilegia aos que tiveram o acesso à Educação, deixando de lado aqueles que não são alfabetizados ou que têm pouca instrução.

## DO CONTEXTO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO SISTEMA PRISIONAL

A Lei nº 13.163, de 09 de setembro de 2015, que modificou a Lei nº 7.210 – de

11 de julho de 1984, estabeleceu a implementação do Ensino Médio, tanto regular quanto supletivo, nos estabelecimentos penais. Essa lei reconhece a importância da educação como um direito fundamental dos indivíduos, inclusive daqueles que estão privados de liberdade.

Desta forma, com a nova redação da Lei de Execução Penal, o Poder Público passou a ter a responsabilidade de oferecer tanto o Ensino Fundamental quanto o Ensino Médio nos presídios, podendo o Ensino Médio ser oferecido de duas formas: formação geral ou educação profissional de nível médio. Isso significa que os detentos têm a oportunidade de receber uma educação abrangente que inclui disciplinas comuns do currículo do ensino médio, bem como a possibilidade de adquirir habilidades profissionais específicas.

Além disso, a Lei nº 13.163/2015 determina que a União, os Estados, os Municípios e o Distrito Federal devem incluir, em seus programas, a modalidade da educação à distância e a utilização de novas tecnologias de ensino no atendimento aos presos. Essa lei também prevê a possibilidade de remição da pena por meio do trabalho, do estudo e da leitura. Isso significa que os detentos podem reduzir suas penas ao participar de atividades de trabalho, de estudo e de leitura dentro do sistema prisional (Machado; Machado, 2015), reconhecendo a importância de uma formação integral dos sujeitos em privação de liberdade.

Simultaneamente, também temos as Regras Mínimas das Nações Unidas para o Tratamento dos Reclusos. São diretrizes que estabelecem os princípios básicos para o tratamento humano e a dignidade dos indivíduos privados de liberdade. As Regras mínimas das Nações Unidas (UNODC, 2015, p. 3) esclarecem que “todos os reclusos devem ser tratados com o respeito inerente ao valor e dignidade do ser humano” também pontua que as regras “devem ser aplicadas com imparcialidade” (UNODC, 2015, p. 3). Outro ponto importante é que a regra 104 enfatiza o direito à educação dos presos. Dessa forma, busca-se garantir que os detentos tenham a oportunidade de continuar seu processo educacional e adquirir habilidades que os auxiliem na reintegração e na superação de possíveis dificuldades ao retornar à sociedade (Campos, 2021).

Assim sendo, é fundamental compreender que as pessoas privadas de liberdade possuem direitos assegurados pela legislação. No entanto, é importante ir além disso e explorar outras possibilidades educativas que vão além do ensino formal. Ao

conceber a prisão como um espaço potencialmente educativo, abre-se a possibilidade de oferecer oportunidades e outras possibilidades de aprendizagem e desenvolvimento para os indivíduos privados de liberdade. A educação, que abrange a educação formal e não-formal, pode contribuir para a transformação pessoal, o fortalecimento da cidadania e a redução da reincidência criminal – preocupações efetivas quando a liberdade é limitada a um cidadão.

Diante disso, defendemos ser possível pensar em políticas públicas extensionistas no sistema prisional a partir das universidades, que é nosso recorte neste estudo. Resta-nos, no entanto, conceber de que conceito de extensão partimos. Historicamente, a origem das universidades brasileiras surgiu pela necessidade prática do governo e das demandas da sociedade. Sendo assim, no início do século XX, surgiram as primeiras escolas superiores, que posteriormente se juntaram para formar as universidades. Partindo dessa situação, nesse mesmo período a Universidade de São Paulo começou a oferecer conferências públicas, reconhecendo a importância de difundir o conhecimento acumulado na instituição (Brasil, 2007).

Logo em seguida, os movimentos culturais e políticos dos estudantes universitários brasileiros, representados pela União Nacional dos Estudantes (UNE), desempenharam um papel fundamental na formação das lideranças intelectuais do país (Brasil, 2007). Esses movimentos já atuavam em áreas que seriam futuramente definidas como extensão universitária, mesmo antes do conceito ser formalmente estabelecido. Dessa forma, desde do seu início, as universidades brasileiras estiveram próximas das comunidades que as constituíram. Ou seja, a extensão universitária, como ação de aproximação e interação entre a academia e a sociedade, já estava presente nas atividades dos estudantes e nas iniciativas de difusão do conhecimento desenvolvidas pelas instituições de ensino superior.

Já na década de 1980, houve uma mudança de perspectiva em relação à extensão universitária, devido ao fortalecimento da sociedade civil. Esse contexto possibilitou repensar a concepção de universidade e, além disso, promoveu uma redefinição das práticas de ensino, pesquisa e extensão que estavam em vigor. Por esta razão, deixou-se para trás o assistencialismo e passou-se a questionar as ações desenvolvidas por essa área (Brasil, 2007). Tal dinâmica que projeta a extensão como um lugar de comunicação e não de divulgação/difusão também assim se assume a partir de uma nova concepção de educação, concentrada em uma perspectiva crítico-

reflexiva de correntes progressistas na Educação. Essa conceituação, formulada e defendida no I Encontro Nacional de Pró-Reitores das Universidades Públicas Brasileiras, contribuiu para a consolidação e o fortalecimento dessa área no contexto acadêmico. A extensão passa a defender ainda mais os princípios da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, da interdisciplinaridade, da participação social e do compromisso com a transformação social (Brasil, 2007), envolvendo a interação entre a universidade e diferentes atores sociais, como movimentos sociais, organizações da sociedade civil, governos locais e comunidades.

Partindo dessa virada de significação da ação extensionista, defendemos que a atividade, no âmbito do sistema prisional, precisa ser compreendida como um conjunto de ações que busquem articular o conhecimento produzido na universidade e fora dela com as demandas e as necessidades da sociedade, por meio de dinâmicas que promovam a participação social, o diálogo, a troca de saberes e a transformação das realidades locais – sempre como uma construção coletiva, e não a partir de um ou de outro espaço.

A extensão pode desempenhar um papel importante no contexto prisional, contribuindo para a promoção da educação e a ressocialização dos indivíduos privados de liberdade (Oliveira, 2017). Ela pode se fazer presente por meio de ações como cursos, programas e projetos que promovam a educação não-formal, a formação profissional, o desenvolvimento de habilidades socioemocionais, a cultura, a arte, o esporte, a saúde e outros aspectos relevantes. Essas ações podem ser desenvolvidas em parceria com instituições de ensino superior, organizações não governamentais e a sociedade civil em geral.

Para viabilizar ações extensionistas no sistema prisional, é necessário o apoio do Estado, por meio de investimentos em infraestrutura, formação de professores, recursos pedagógicos e parcerias com instituições educacionais. Além disso, é fundamental promover a sensibilização da sociedade em geral sobre a importância da educação no contexto prisional e a necessidade de respeitar os direitos humanos dos indivíduos em privação de liberdade.

Nesse sentido, a extensão no contexto prisional deve ir além de ações pontuais e isoladas, buscando desenvolver métodos de intervenção efetivos, não se limitando apenas a oferecer acesso a ações educacionais para a população carcerária, mas também proporcionar um espaço de reflexão e diálogo, reconhecendo a complexidade

e os desafios. Sendo preciso compreender os efeitos do aprisionamento na vida das pessoas, requerendo assim uma abordagem sensível e atenta, pois, o cárcere pode deixar marcas profundas e indeléveis nos indivíduos, muitas vezes invisíveis aos olhos, mas presentes em sua trajetória e em sua subjetividade. A perda de perspectivas, a baixa autoestima, o desânimo e a falta de horizontes promissores para o futuro são realidades vivenciadas pelos detentos (Pimentel, 2018).

Dessa forma, repensar a instituição prisão como uma comunidade de aprendizagens é uma abordagem que busca transformar o ambiente carcerário em um espaço que promova o desenvolvimento integral do indivíduo. A educação, como um conjunto de ferramentas e capacidades, desempenha um papel crucial na transformação da vida dos indivíduos privados de liberdade. Ela não apenas proporciona conhecimento escolar, mas também desenvolve habilidades sociais e emocionais (Onofre, 2013).

Contudo, existe a dicotomia entre a lógica transformadora da educação e a cultura prisional voltada para a repressão e disciplina. É um desafio importante a ser enfrentado no contexto da educação em espaços de privação de liberdade. Afinal, essas duas lógicas opostas refletem concepções diferentes sobre o propósito da privação de liberdade: enquanto a educação busca promover a transformação pessoal e social, fornecendo conhecimentos, habilidades e oportunidades para os indivíduos se desenvolverem e se reintegrarem à sociedade, a cultura prisional muitas vezes enfatiza a punição, o controle e a adaptação ao ambiente prisional (Onofre, 2013).

Portanto, é fundamental que os programas educativos e as políticas de reintegração social no sistema prisional considerem a importância da reconstrução da identidade. Isso porque:

Não se pode perder de vista ao analisar quem é o sujeito da ação educativa, os efeitos nele promovidos pelas técnicas punitivas da prisão, uma vez que nesse espaço, os tempos e as atividades são programadas rigorosamente, segundo regras orientadas para realizar o fim oficial da instituição (Onofre, 2013, p. 57).

Ainda segundo Onofre (2013, p. 60), “a educação no sistema prisional, assim como em outros espaços, não é apenas ensino, mas, sobretudo, desconstrução/reconstrução de ações e de comportamentos”. Assim, no processo de

construção de um projeto de extensão ao sujeito privado de liberdade “o professor deve se apropriar desses saberes, (...) fazendo-se necessário um processo de ambientação conforme estabelecem as Diretrizes Nacionais” (Onofre, 2013, p. 62).

## **DA LITERATURA COMO REFÚGIO E RESSIGNIFICAÇÃO DO SISTEMA PRISIONAL**

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) destaca que “todo ser humano tem direito à instrução”; além disso, a Resolução Nº 02 do Conselho Nacional de Educação (CNE) de 2010 enfatiza a necessidade de se fomentar a leitura e de viabilizar programas de implantação, recuperação e manutenção de bibliotecas destinadas ao atendimento da população privada de liberdade (Campos, 2021). Na mesma direção de preocupação com a formação ampliada dos sujeitos, independentemente dos espaços em que estejam, Cândido (2012) ressalta a importância da democratização do acesso à literatura, por meio de políticas públicas que incentivem a leitura, a criação de bibliotecas e a promoção de eventos literários. Essas ações visam não apenas garantir o acesso às obras literárias, mas também estimular o gosto pela leitura e o desenvolvimento de um pensamento crítico e reflexivo.

Para Cândido (2012), a literatura desempenha um papel essencial na formação do indivíduo e na sua relação com o mundo. Ele argumenta que a literatura oferece uma experiência estética e imaginativa única, capaz de ampliar os horizontes do leitor, despertar a sensibilidade, estimular a reflexão crítica e proporcionar um maior entendimento da condição humana. Além disso, expõe que:

(...) são bens incompressíveis não apenas os que asseguram a sobrevivência física em níveis decentes, mas os que garantem a integridade espiritual. São incompressíveis certamente a alimentação, a moradia, o vestuário, a instrução, a saúde, a liberdade individual, o amparo da justiça pública, a resistência à opressão etc.; e também o direito à crença, à opinião, ao lazer e, por que não, à arte e à literatura (Cândido, 2012, p. 2).

Logo, em tendo a literatura um potencial transformador, ela também, e ao mesmo tempo, reflete a ambiguidade e a diversidade da experiência humana. Nesse sentido, a literatura desperta emoções e reflexões sobre a condição humana, sendo “fator indispensável de humanização” (Cândido, 2012, p. 3). Ainda segundo o autor, a



literatura é essencial porque está intrinsecamente ligada à capacidade humana de criar significados.

Dessa forma, a literatura, em suas diversas manifestações, pode ser um potencial instrumento de educação e de transformação, também desafiando e questionando as normas estabelecidas. Ainda em diálogo, Cândido (2012, p. 4) pontua que “convém lembrar que ela não é uma experiência inofensiva”. Ou seja, ela não é uma experiência neutra, e, conseqüentemente, o sujeito que tem contato com ela será confrontado diante de novos dilemas que poderão surgir conforme ele for se aprofundando.

Assim, ela desempenha uma função multifacetada, por meio da linguagem e da narrativa. Os escritores criam obras literárias que possuem uma organização interna, uma arquitetura textual que influencia a maneira como a história é contada e recebida pelos leitores. Em assim sendo, a literatura é uma forma de conhecimento. Ela nos permite explorar e compreender a realidade de maneiras que vão além da lógica racional, influenciando sutilmente nossa visão de mundo, através dela, somos estimulados a exercitar a reflexão (Cândido, 2012).

Segundo Mendes (2009), a literatura surge como uma resposta à insatisfação do ser humano em relação à realidade que o cerca. Ela busca ir além dos limites da realidade imediata, expandindo-se e criando uma realidade alternativa. Essa necessidade surge tanto da percepção de que a realidade é limitada e insatisfatória quanto da compreensão de que as explicações oferecidas pela moral e pelas ciências humanas e sociais não são suficientes para capturar toda a complexidade da experiência humana.

Em resumo, a literatura não busca imitar a realidade por meio da reprodução fiel dos fatos, mas sim criar uma verdade textual que transcende o referente original. Em vez disso, ela cria um personagem textual, um retrato ficcional que pode se afastar da realidade em prol da construção criativa. Oferece, sim, perspectivas diferentes daquelas encontradas na história (Mendes, 2009).

O diálogo aqui instituído nos permite inferir que a leitura, sobretudo a literária, pode desempenhar um papel significativo na criação de uma fissura nas relações de poder no sistema prisional. Ao permitir que os detentos tenham acesso a um espaço privado, mesmo que simbolicamente, a leitura pode proporcionar um momento de autonomia que vai além das restrições e do controle imposto pela instituição. Uma



liberdade provisória via história lida, ainda que vigiada pelas páginas do livro. O autor e os personagens, no entanto, seriam as únicas testemunhas.

Na prisão, a privacidade é um aspecto que geralmente é negado aos detentos, pois é vista como uma ameaça ao controle exercido sobre eles. No entanto, a leitura oferece um refúgio privativo e necessário, um espaço em que os indivíduos podem se conectar com outras realidades, explorar novos mundos e escapar, até de si mesmos e de suas histórias reais, ainda que temporariamente (Godinho, 2021).

Nesse sentido, a leitura pode constituir uma ruptura nas relações de poder estabelecidas pelo sistema prisional na medida em que garante algum nível de privacidade a quem lê. Privacidade na prisão é algo que a instituição evita ao máximo, pois ela prejudica a capacidade de controle sobre o indivíduo. Ter um espaço privado significa algum nível de autonomia, mesmo que simbolicamente, pois um espaço físico privado na prisão é algo impensável, se considerada a superlotação. De qualquer modo, a literatura pode representar essa pausa do excesso de vigilância, permitindo a imaginação e a reflexão.

Esse momento de escape e autonomia proporcionado pela literatura pode ser um alívio para os detentos, permitindo que eles se desconectem das dinâmicas opressivas da prisão e mergulhem em um universo literário que estimula a imaginação e a expressão individual. Nesse sentido, a literatura também pode desafiar as narrativas hegemônicas e proporcionar uma perspectiva crítica sobre as estruturas de poder presentes no sistema prisional. Ao ter acesso a diferentes ideias, histórias e pontos de vista, os detentos podem questionar as normas e valores dominantes.

Em termos educacionais, a literatura desempenha um papel essencial na formação do indivíduo. Ele pode estimular a imaginação, desenvolver habilidades de leitura e escrita, ampliar o vocabulário e aprimorar a capacidade de interpretação e de análise. Além disso, a literatura pode também despertar o interesse pela aprendizagem, alimentar a curiosidade intelectual e inspirar uma busca contínua pelo conhecimento. Em suma, a introdução ao texto literário tem o poder de enriquecer a formação do indivíduo em diversos aspectos, tanto intelectuais quanto éticos, proporcionando reflexão, ampliação de horizontes e práticas socializantes, contribuindo, por fim, para uma educação mais abrangente e significativa (Sant'ana, 2008).

Por todas essas possibilidades, existe, de forma institucionalizada, a perspectiva

da remição de pena pela leitura. Como afirma Santos (2018) a remição de pena foi institucionalizada no sistema carcerário brasileiro por meio da Portaria Conjunta 276/2012, emitida pelo Conselho da Justiça Federal (CJF) e pela Diretoria-Geral do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) do Ministério da Justiça. Essa portaria estabeleceu as diretrizes, fornecendo orientações sobre como o processo deveria ser conduzido nas unidades prisionais.

Prevista pela Lei de Execução Penal (LEP), a remição admite a viabilidade de o preso abreviar ou extinguir parte da sua pena por meio do trabalho realizado ou do estudo. Parte do princípio do estímulo ao preso para se autoavaliar, corrigindo posturas e condutas, ofertando, em contrapartida, a redução do tempo de cumprimento da pena e a possível progressão para regimes mais brandos, flexíveis, ou até mesmo a liberdade condicional (Santos, 2018). Logo em seguida, a Remição de Pena por Leitura (RPL) ganhou destaque, pois, a recomendação nº 44 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), publicada em 2013, estabelece que a pessoa presa tenha a oportunidade de ler um livro no período de 21 a 30 dias e, ao apresentar uma resenha sobre a obra lida, possa remir quatro dias de pena (Campos, 2021).

No entanto, em um contexto como o ambiente prisional, a leitura pode enfrentar alguns obstáculos. Segundo Freire (1989), compreender as práticas de leitura requer uma análise da relação intrínseca entre a leitura do mundo e a leitura da palavra. Como já discutido, o mundo da prisão é único para aqueles que estão em privação de liberdade (André Du Rap, 2002 apud Machado; Machado, 2015). Dessa forma, partimos do pressuposto que para entender a importância da leitura como remição de pena, precisamos compreender como ela se insere no ‘mundo prisão’.

A leitura por si só, permite ao indivíduo criar um espaço íntimo e pessoal, no qual ele pode se refugiar e escapar temporariamente das condições adversas que ele se encontra. No contexto prisão, essa leitura torna-se um processo em que a linguagem e a realidade estão intrinsecamente disponíveis para dialogar, dando parâmetros e percepções envolvendo o contexto ao redor do sujeito.

Mendes (2009) aponta como foi transformado pela leitura na prisão; contudo, sua experiência dentro da prisão marcou também sua escrita, pois, embora a leitura tenha o libertado, seu corpo ainda estava atrás das grades vivendo a realidade da prisão. Ao admitir essa coexistência de experiências contrastantes, Mendes enriquece sua escrita ao trazer à tona a complexidade de sua própria trajetória.

À luz de tudo que foi abordado até o momento, precisamos explicitar um grande abismo para que a recomendação nº 44 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) seja de fato abrangente dentro dos presídios. Segundo dados do INFOPEN (Brasil, 2022), apenas 184.026 presidiários participa de atividade não-escolar de remição pela leitura. Nesse mesmo quadro de dados, temos um número preocupante da escolaridade dos presos: 2,69% são analfabetos, e 46,66% não completaram o ensino fundamental. Consequentemente, temos quase metade da população carcerária com nenhuma ou pouca instrução na escrita e na leitura.

Essa disparidade entre o nível educacional e a remição pela leitura, segundo Godinho (2021), pode gerar uma desigualdade na oportunidade de obter benefícios por meio das práticas leitoras e de produção de texto. Afinal, aqueles que possuem um nível educacional mais baixo podem encontrar dificuldades em aproveitar plenamente os benefícios da remição pela leitura, por exemplo. Por essa razão, é perceptível encontrarmos baixo número de resenhas aprovadas, o que aponta para a necessidade de articulação entre os projetos de remição pela leitura e a Educação de Jovens e Adultos (EJA).

É importante reconhecer que a alfabetização é um processo contínuo, que vai além da simples aquisição das habilidades básicas de leitura e escrita. Ela envolve o desenvolvimento de competências de letramento crítico, que permitem aos indivíduos participar plenamente da sociedade, compreender e transformar a realidade em que vivem (Freire, 1989).

Partimos, assim, em concordância com o autor, do conceito da alfabetização como um ato criador, que incentiva os alfabetizandos a expressarem suas próprias ideias, pensamentos e experiências por meio da leitura e da escrita. Práticas e ferramentas, pois, que viabilizem que os sujeitos se tornem e se percebam como autores de sua própria narrativa, com efetiva oportunidade de dar voz às suas histórias e perspectivas (Freire, 1989).

Nessa linha de pensamento, dentro do ‘mundo prisão’ argumenta-se que, em vez de concentrar os esforços apenas na remição pela leitura, é necessário garantir a oferta de programas de educação e de alfabetização que atendam às necessidades específicas da população prisional, promovendo a inclusão e o desenvolvimento educacional de todos os detentos. Defendemos que, dessa forma, a remição pela leitura pode ser ampliada para mais detentos, e, consequentemente, suas

perspectivas de reinserção na sociedade após o cumprimento da pena também.

Como exemplo, temos o Núcleo de Soluções Alternativas de Conflitos, estudantes de Direito da Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS), Câmpus Dianópolis. Eles iniciaram o projeto em 2019 na Casa de Prisão Provisória de Dianópolis (CPPD) e os resultados que tiveram até março de 2021 foram 519 redações produzidas pelos detentos que participam do projeto (Bucar, 2021).

De igual modo, no Estado do Rio de Janeiro, há um projeto da Secretaria de Administração Penitenciária (SEAP), que conta com a participação de professores da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Até o ano de 2019, havia, aproximadamente, 1.300 detentos participando do projeto de remição de pena pela leitura (Mais [...], 2019).

Com os dados acima, observamos uma adesão importante de universidades e de instituições de ensino superior em projetos e ações voltadas para a educação e ressocialização no contexto prisional. Essa movimentação representa uma iniciativa fundamental para ampliar o acesso à educação e viabilizar a promoção da reinserção social dos detentos. Além disso, as universidades podem contribuir na formação de professores e na produção de conhecimento científico voltado para a área da educação prisional, em conjunto à sociedade e ao próprio sistema prisional.

Tais ações, ademais, são fundamentais para romper com o ciclo de reincidência criminal, visando, de fato, promover a reintegração dos indivíduos na sociedade após o cumprimento de suas penas. Ao possibilitar o acesso à educação, as universidades colaboram para a transformação da realidade dos detentos. Ainda em diálogo com Santos: “a leitura, portanto, pode servir como um dispositivo catalisador do cumprimento das finalidades declaradas da pena, especialmente no que diz respeito aos aspectos suprassensíveis, que envolvem a subjetividade dos reeducandos” (Santos, 2018, p.158).

A adesão das universidades a projetos de educação prisional é um passo importante, porém ainda há muito a ser feito para que a educação se torne uma realidade ampla no sistema penitenciário brasileiro. É imprescindível o engajamento de diferentes atores sociais, políticas públicas adequadas e investimentos na infraestrutura e formação de profissionais para que a educação nas prisões possa cumprir seu papel de transformação social e resgate da cidadania dos detentos. É

fundamental que essa pauta se torne cada vez maior, e sejam dedicados recursos e atenção necessários para sua efetivação de maneira nacional (Pimentel, 2018).

Por fim, a base legal que fundamenta a extensão universitária, como estabelecido no Artigo 207 da Constituição da República Federativa de 1988, fornece um respaldo importante para o desenvolvimento de iniciativas e políticas extensionistas nos diversos contextos e espaços, incluindo o sistema prisional (Oliveira, 2017). Precisa, sim, ser percebido e difundido como um espaço possível e contextual para as atividades que se percebam autônomas e emancipadoras no sistema prisional, via leitura literária, mas também com o aporte de recursos educacionais pregressamente. Educação e leitura libertadoras, por fim.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Queremos reafirmar, portanto, que a extensão universitária pode ser um grande parceiro para a remição de pena pela leitura, pois, além de articular atividades, tem possibilidades de propor ações transversais e em construção colaborativa, não impositiva necessariamente a partir de uma instituição que detém o saber. Ao cumprir o papel extensionista no sistema prisional, as universidades podem também contribuir para a produção de conhecimento relevante para si, porque *para* e *com* a comunidade, superando as lacunas historicamente existentes, seja para a o efetivo conceito de extensão, seja para a relação universidade e prisão.

Ao considerar a correlação de forças presentes nos colegiados universitários e as demandas locais, as instituições de ensino superior têm a possibilidade de direcionar suas ações extensionistas de acordo com as necessidades e interesses das comunidades onde estão inseridas. Isso implica uma abordagem participativa e democrática, envolvendo diferentes atores e levando em consideração as realidades específicas de cada contexto (Freire, 2013). Essa concepção amplia o papel das universidades para além dos muros acadêmicos, reconhecendo a importância de sua inserção social e de sua contribuição para o desenvolvimento da comunidade.

Portanto, a base legal que fundamenta a extensão universitária é um importante indutor de iniciativas e de políticas extensionistas nos mais diversos contextos, incluindo o sistema prisional. Ao utilizar esse respaldo legal de forma adequada e engajada, as universidades podem desempenhar um papel significativo na

transformação social e no fortalecimento dos direitos dos indivíduos privados de liberdade.

No caso do sistema prisional, a base legal da extensão universitária proporciona um respaldo para que as universidades desenvolvam ações extensionistas voltadas para a educação, cultura, formação profissional e ressocialização dos detentos. Nessa perspectiva, a remição de pena pela participação em atividades como a leitura coloca em pauta que os detentos tenham a oportunidade de constuir conhecimentos, desenvolver habilidades e refletir sobre sua própria condição, ampliando suas perspectivas e possibilidades de futuro. Uma possibilidade, por fim, de ressignificar espaços privados de liberdade por meio de práticas que efetivamente demonstrem liberdade: em narrativas, por meio de escritas, de histórias (re)construídas.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei n. 7.210, de 11 de julho de 1984**. Institui a Lei de Execução Penal. Brasília, DF: Casa Civil: Subchefia para Assuntos Jurídicos, 13 jul. 1984. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L7210.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7210.htm). Acesso em: 30 de mar. 2024.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 191, 5 out. de 1988. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 30 de mar. 2024.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Extensão Universitária**: Organização e Sistematização. Brasília: Secretaria de Educação Superior; Minas Gerais: COOPMED Editora, 2007. Disponível em: <http://www.ufma.br/portalUFMA/arquivo/SfDaPTcUpXkHEZ3.pdf>. Acesso em: 30 de mar. 2024.

BRASIL. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Manaus: FORPROEX, maio 2012. Disponível em: <https://proex.ufsc.br/files/2016/04/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Extens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-e-book.pdf>. Acesso em: 30 de mar. 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.163, de 09 de Setembro de 2015**. Modifica a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal, para instituir o ensino médio nas penitenciárias. Brasília: Secretaria-Geral: Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2015. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13163.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13163.htm). Acesso em: 30 de mar. 2024.

BRASIL. **INFOPEN**. Brasília, DF: Ministério da Justiça e Segurança Pública: Departamento Penitenciário Nacional, jul./dez. 2023. Disponível em: <https://dados.mj.gov.br/dataset/infopen-levantamento-nacional-de-informacoes>



penitenciárias. Acesso em: 30 de mar. 2024.

BUCAR, R. Projeto de Extensão da Unitins de remição de pena por meio da leitura alcança bons resultados. **UNITINS**, Palmas, 2021. Disponível em: <https://www.unitins.br/nPortal/portal/noticias/detalhes/3358-2021-3-8-projeto-de-extensao-da-unitins-de-remicao-de-pena-por-meio-da-leitura-alcanca-bons-resultados>. Acesso em: 30 de mar. 2024.

CAMPOS, A. Remição de pena por leitura: o sistema prisional e a extensão universitária. **Revista Eletrônica da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pelotas**, [S. l.], v. 04, n. 1, p.113-128, jan./dez., 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/revistadireito/article/view/13663/9136>. Acesso em: 30 de mar. 2024.

GODINHO, A. C. F. Remição de pena pela leitura no Brasil: o direito à educação em disputa. **Educação Unisinos**, [S. l.], v. 25, p. 1–16, 26 abr. 2021. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/21001/60748506>. Acesso em: 30 de mar. 2024.

MACHADO, M. R.; MACHADO, M. R. de A. (coord.). **Carandiru não é coisa do passado**: um balanço sobre os processos, as instituições e as narrativas 23 anos após o massacre. São Paulo: FGV Direito SP, 2015.

MAIS de mil presos participam de projeto para diminuir 4 dias de pena por livro lido no Rio. **Extra**, [Rio de Janeiro], 2019. Disponível em: <https://extra.globo.com/casos-de-policia/mais-de-mil-presos-participam-de-projeto-para-diminuir-4-dias-de-pena-por-livro-lido-no-rio-23743022.html>. Acesso em 30 de mar. 2024.

MENDES, L. A. **Memórias de um sobrevivente**. São Paulo: Cia de Bolso, 2009.

OLIVEIRA, C. B. F. Extensão universitária e sistema prisional: uma relação possível. **Revista Educação e Políticas em Debate**, [S. l.], v. 6, n. 2, p.219 – 235, mai./ago. 2017. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revistaeducaopoliticas/article/download/46775/25477/195069>. Acesso em 30 de mar. 2024.

ONOFRE, E. M. C. A Educação na Prisão como Política Pública: entre desafios tarefas. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 38, n. 1, p. 51-69, jan./mar. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/V5W4MGrPhHnWn4HGnKcrs5L/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 30 de mar. 2024.

PIMENTEL, E. A defesa dos direitos humanos e a extensão universitária em âmbito penal e penitenciário. **Revista Eletrônica da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pelotas**, [S. l.], v. 4, n. 1, p. 3-12, jan./dez., 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/revistadireito/issue/view/783>. Acesso em: 30 de mar. 2024.

SANT'ANA, J. **A importância da literatura na formação do homem Teatro e**



**literatura dramatizada:** uma perspectiva de leitura. [S. n.], Curitiba, 2008. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/336-4.pdf>. Acesso em: 30 de mar. 2024.

SANTOS, H. L. R. Leitura e Liberdade: práticas extensionistas junto ao programa de remição pela leitura no presídio feminino de Alagoas. **Revista Eletrônica da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pelotas**, [s. l.], v. 4, n. 1, p. 149-170, jan./dez., 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/revistadireito/issue/view/783>. Acesso em: 30 de mar. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO. **Resolução nº 3/PROEXT, de 22 de setembro de 2020**. Estabelece Normas sobre Programas de Extensão da UFRJ e procedimentos para submissão à Câmara de Extensão da UFRJ. Seropédica: UFRJ, 2020. Disponível em: <https://institucional.ufrj.br/soc/files/2020/07/Delib-155-CEPE-anexo.pdf>. Acesso em: 30 de mar. 2024.

UNODC. **Regras Mínimas das Nações Unidas para o Tratamento de Reclusos**. Viena, AT: Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes, 2015. Disponível em: [https://www.unodc.org/documents/justice-and-prison-reform/Nelson\\_Mandela\\_Rule s-P-ebook.pdf](https://www.unodc.org/documents/justice-and-prison-reform/Nelson_Mandela_Rule s-P-ebook.pdf). Acesso em: 30 de mar. 2024.

### Sobre as autoras

#### Fabírcia Vellasquez

Possui graduação (bacharelado e licenciatura) em Letras Português/Literaturas pela UERJ e graduação (bacharelado) em Serviço Social pela UFF. É Mestre em Educação pela UFRJ e em Bens Culturais e Projetos Sociais pela FGV/RJ. Doutora em Educação pelo PPGEduc/UFRJ. Possui especializações nas áreas de Educação Especial (UNIRIO), em Literatura Infantojuvenil (UFF), em Serviço Social (UnB), em Promoção da Saúde e Desenvolvimento Social (Fiocruz), em Gênero e Sexualidade (UERJ), em Planejamento, implementação e gestão da EAD (UFF) e em Democracia Participativa, República e Movimentos Sociais (UFMG). Atualmente é professora adjunta da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, também atuando no Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares.

#### Ana Beatriz da Conceição Rocha

Graduação em Pedagogia pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Integrante do Grupo de Extensão Educação para Liberdade. Tem experiência em educação, sociedade, educação prisional.